

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Em virtude de termos vindo a constatar que o Governo não responde a grande parte dos requerimentos no prazo regimental de trinta dias e só parece fazê-lo quando os remetemos novamente, o Bloco de Esquerda procede ao reenvio do Requerimento número 70/AC/XII/3ª, onde se solicita cópia do relatório elaborado pela Autoridade para as Condições do Trabalho na sequência das inspeções decorridas nos centros de atendimento da Linha Saúde 24, cujo prazo de resposta se encontra ultrapassado.

No início do mês de dezembro de 2013, o Bloco de Esquerda questionou o Governo sobre a situação dos trabalhadores da Linha Saúde 24; sabia-se então que os trabalhadores estavam a ser coagidos aceitar valores remuneratórios muito inferiores até aos então praticados, sendo que os que não aceitavam estavam a ser ameaçados de despedimento. Dois meses depois, cerca de 150 dos 400 trabalhadores foram afastados.

Numa das perguntas (Pergunta número 517/XII/3.º), endereçada ao Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, questionávamos se perante os factos reportados, a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) “vai intervir, realizando uma ação inspetiva juntos dos centros de atendimento telefónico da Linha Saúde 24” e pretendíamos também saber se a ACT “desenvolveu alguma atividade inspetiva nos centros de atendimento telefónico da Linha de Saúde 24” bem como quais as conclusões dessas inspeções.

O Governo respondeu agora confirmando que foi desencadeada uma ação inspetiva aos centros de atendimento telefónico do Porto e de Lisboa da Linha Saúde 24, referindo que “foram recolhidos elementos, informações e foi ainda requerida a Apresentação de Documentos por cada um dos serviços desconcentrados”. Mencionam que o processo de encontra “em fase de acompanhamento e averiguações” e que a “ACT continuará a acompanhar a entidade em questão, por forma a salvaguardar e assegurar o efetivo cumprimento das normais legais, adotando procedimentos adequados em função das situações verificadas que se enquadrem no âmbito das suas competências”.

Na verdade, esta resposta é uma não resposta. Vejamos:

Já se sabia que a ACT tinha efetuado ações inspetivas em Lisboa e no Porto, uma vez que essa informação foi amplamente divulgada na comunicação social, pela comissão informal de trabalhadores desta Linha que, em dezembro, apresentou uma queixa à ACT, e corroborada pelo Ministro da Saúde aquando da audição na Comissão Parlamentar de Saúde, decorrida a 22 de janeiro de 2014.

O que realmente importa, contudo, não é respondido: qual é o resultado desta ação inspetiva? Quando vai estar disponível o relatório da ACT? Antes desta ação inspetiva, a ACT já tinha efetuado alguma inspeção aos centros de atendimento da Linha Saúde 24? Se sim, quais os resultados dessas ações inspetivas?

É fundamental conhecer as respostas a estas perguntas não só porque elas são determinantes para este processo como também porque há trabalhadores que foram já afastados, num processo que começou pelo despedimento dos ativistas mais reconhecidos na mobilização dos trabalhadores, o que é absolutamente inaceitável.

Neste sentido, o Bloco de Esquerda solicita uma cópia do relatório a ser elaborado pela Autoridade para as Condições do Trabalho na sequência das inspeções decorridas nos centros de atendimento da Linha Saúde 24.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio solicitar ao Governo, através do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, o seguinte documento:

Cópia do relatório elaborado pela Autoridade para as Condições do Trabalho na sequência das inspeções inspetivas decorridas nos centros de atendimento de Lisboa e do Porto da Linha Saúde 24.

Palácio de São Bento, sexta-feira, 2 de Maio de 2014

Deputado(a)s

JOÃO SEMEDO(BE)

HELENA PINTO(BE)